

Introdução

A investigação como vocação e como profissão ¹

O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo.
O que há é pouca gente para dar por isso.
óóóó—óóóóóó óóó—óóóóóóóó óóóóóóóóóó
(O vento lá fora.)

Fernando PESSOA (Álvaro de CAMPOS)

Como é natural, estarei sobretudo a pensar na investigação em ciências sociais, que constituem simultaneamente a minha vocação e a minha profissão, mas tenho para mim que, independentemente das inúmeras e mal resolvidas questões filosóficas e epistemológicas que pendem sobre elas, colocando-as numa espécie de contínuo, quando não num limbo entre as Ciências da Vida e da Natureza, por um lado, e as Artes e Humanidades por outro, tenho para mim, dizia eu, que aquilo que se pode pensar para a investigação em ciências sociais como vocação e como profissão vale, *mutatis mutandis*, para a investigação científica em geral, cujo padrão – modelo de orientação e pauta de comportamento – permanece, por razões de ordem histórica mas também cognitiva, o das ciências naturais (Gil 1999, 11).

Neste texto de reflexão em voz alta, abordarei o tema da profissionalização da investigação em ciências sociais em três pontos: primeiro, a dimensão filosófica e cognitiva, revisitando a conferência seminal de Max Weber sobre a ciência como vocação e como profissão; depois, a dimensão social e histórica, com um apontamento sobre a passagem da vocação à profissão nas ciências sociais portuguesas; por fim, a dimensão pragmática da profissio-

¹ Este texto foi inicialmente concebido como «lição de sapiência» a apresentar, a convite do Reitor António Nóvoa, na abertura do Ano Académico da Universidade de Lisboa em Novembro de 2007. Posteriormente, fui encorajado a reelaborá-lo pelos jovens colegas Filipe Carreira da Silva e Sofia Aboim, a fim de ser publicado neste volume colectivo comemorativo do 25.º ano da institucionalização do ICS.

nalização, com uma brevíssima discussão das condições de exercício profissional da investigação em ciências sociais em Portugal, bem como das políticas científicas e da organização do sistema científico e universitário entre nós.

Do mesmo modo que Lévi-Strauss falou do «cru» e do «cozido» (1974), também da ciência se pode falar, a fim de descrever a passagem da vocação à profissão, do «mole» e do «duro», como de resto se diz, em sentido inverso, das ciências da natureza e das ciências do artificial (Simon 1969), assim como de tantas outras aporias do pensamento ocidental: vale por todas a aporia platónica da «sombra» e da «luz» (*República*: 541a-517a). Ninguém o disse melhor, cobrindo do mesmo passo o movimento histórico e a translação sociocognitiva, do que Max Weber na sua conferência de 1917 sobre *Wissenschaft als Beruf*, pronunciada em Munique no mesmo dia em que rebentava a Revolução Russa.

*

Convém, no entanto, restituir o contexto em que Weber confrontava o seu auditório da secção bávara da Liga dos Estudantes Liberais (*Frei-studentischer Bund*), a qual lhe pedira que reagisse às tendências prevalentes na época para denunciar a alegada «ameaça que a profissionalização representava para a «salvação» das jovens gerações», convidando-o a intervir sobre a Ciência e, mais tarde, sobre a Política, no âmbito de um ciclo de conferências subordinado ao tema «o trabalho intelectual como profissão» (Colliot-Thélène 2003, 63-65 e 113-115).²

Para responder à pergunta «Como se organiza a ciência enquanto profissão?», isto é, no sentido material do termo *Beruf*, Weber começa por criticar a vida universitária da Alemanha de então, antecipando de um século um debate ainda hoje em vigor entre nós:

A vida universitária alemã americaniza-se em pontos importantes, como a nossa vida em geral, e estas transformações acabarão, estou persuadido, por atingir também as disciplinas onde, como ainda acontece geralmente na minha disciplina, o artesão é o próprio dono dos seus meios de trabalho (no essencial, a sua biblioteca), como sucedia no passado com o artesão dos ofícios. Estas transformações estão em pleno desenvolvimento (Weber 2003 [1919]; 71).

Aquilo a que Weber chamava já então a «americanização» é hoje um facto virtualmente consumado em todos os domínios da vida social na maioria das

² As citações de Max Weber são traduções minhas a partir da nova tradução francesa das célebres conferências *Wissenschaft als Beruf* e *Politik als Beruf* (1919), onde a tradutora, Catherine Colliot-Thélène, se empenha em aprofundar o significado polissémico da expressão *Beruf*, ora profissão, ora vocação, ora ainda uma combinação entre estas (Colliot-Thélène 2003, 22-24).

sociedades e, seguramente, na vida universitária e científica dos países da nossa área geocultural. Antecipando outras discussões às quais voltaremos em breve, Weber também se dava já conta de que «qualquer estudante que se sinta chamado a tornar-se cientista deve começar por perceber que a tarefa que o espera é dupla. Tem de possuir não só as qualificações de um investigador como as de um docente. Ora, tais qualificações estão longe de coincidir» (73). Punha assim desde o início o dedo na duplicidade, para não dizer ambiguidade, originária da vocação científica.

Com efeito, ainda há duas décadas o reputado sociólogo das profissões Eliot Freidson recusava não só à arte como à própria ciência a possibilidade de se constituírem como profissões, vendo-se os artistas e os cientistas obrigados a recorrer, segundo ele, ao mercado socialmente reconhecido do ensino para sobreviverem (Freidson 1986); a propósito das profissões artísticas, Pierre-Michel Menger refere igualmente o ensino como frequente «emprego refúgio» (Menger 2005: 16); e também nós próprios verificámos ser esse o caso de muitos licenciados em arquitectura (Cabral & Borges 2006). Este resultado da nossa pesquisa forçou-nos, contudo, a elaborar o significado sociológico da «vocação», em vez de o subalternizar ou simplesmente negar, como acontece por regra na sociologia das profissões. A melhor forma de captar esse significado reside, quanto a nós, em creditar os agentes portadores deste tipo de vocação com um máximo de autonomia pessoal e grupal que lhes permite sustentar, graças às gratificações específicas da vocação, estratégias de afirmação profissional através da promoção da sua própria oferta em vez de se limitarem a responder à procura social existente. Como escreveu Magali Sarfatti Larson a propósito dos mesmos arquitectos, no seu caso americanos:

A criação de novas necessidades (ou melhor, a orientação de necessidades não reconhecidas no sentido de novas formas de realização) é a contribuição de todas as profissões para o processo civilizatório (Larson 1977: 56-63).

O paralelo entre ciência e arte foi feito, aliás, em primeiro lugar por Max Weber, a partir do momento em que, na sua palestra, aborda as «condições interiores» para a investigação científica, nomeadamente quando fala da «paixão» e da «inspiração» de que ela carece, como de resto as próprias actividades empresariais se querem ser bem sucedidas (75-81, *maxime* 80-81). Depois de insistir na «experiência vivida da ciência», Weber conclui: «Quem ignora essa estranha embriaguez [...] é porque não tem vocação para a ciência» (76-77)! Num ponto, porém, arte e ciência se separam de forma decisiva, abrindo um caminho próprio à profissionalização e à especialização da investigação científica: «Estas condições prévias do nosso trabalho, que partilhamos com a arte, estão no entanto submetidas a um destino que as distingue profundamente do trabalho artístico. O trabalho científico é arrastado pelo desen-

rolar do progresso. Na arte, em contrapartida, não há *progresso* neste sentido» (81). E Weber continua:

Na ciência, pelo contrário, todos sabem que o produto do seu trabalho será caduco em dez, vinte, cinquenta anos. É o seu destino, é esse mesmo o sentido do trabalho científico... Toda a «conquista» científica implica novas «questões» e pede para ser «ultrapassada»... Do ponto de vista científico, ser ultrapassado é não só o nosso destino comum, como o objectivo de todos nós... Em princípio, este progresso prossegue até ao infinito. Chegamos assim ao *problema do sentido* da ciência (81-83).

Esta concepção weberiana da ciência, que alguns classificariam de «positivística» e da qual Weber não exclui as ciências sociais e humanas, apesar de alguma relutância manifestada no início da conferência de 1917, é contestada, com base noutros textos de Weber, por um importante livro dedicado à «ciência como vocação», onde porém a questão da profissionalização da ciência nunca chega a ser discutida, *et pour cause*, já que os autores pretendem reivindicar para as ciências sociais e humanas um estatuto onto-epistemológico diferente das ciências naturais e da vida que as colocaria de algum modo na busca do «sentido da vida» (Lassman & Velody, 1989). Lassman e Velody, bem como alguns dos autores incluídos no volume, são assim levados a distanciar-se da estrita separação entre «factos» e «valores» em que Weber tanto insiste na sua conferência.³

Parece difícil, contudo, não partilhar o ponto de vista de Ralph Schroeder, na sua recensão do livro, quando recorda que o «objectivo explícito da conferência era negar a ideia de que a própria ciência pudesse dotar de sentido o mundo ou a tarefa do cientista», assim como «rejeitar um re-encantamento do mundo através da ciência». Em conclusão, segundo Schroeder:

Apesar do tom dramático da conferência, o ponto de vista de Weber é destituído de ambiguidade e não deve ser obscurecido, como fazem tanto os seus defensores como os seus críticos nesta colectânea. Em si mesma, a ciência não é boa nem má e, embora exija um compromisso com a verdade, não fornece quaisquer fundamentos para atribuir à tarefa do cientista sentido [*meaning*] ou valor moral [*sense of moral worth*] (Schroeder, 1989: 705-706).

³ O livro editado por Lassman e Velody com a colaboração de Hermínio Martins contém, além de uma importante introdução e de um ensaio final dos autores (significativamente intitulado *Max Weber on Science, Disenchantment and the Search for Meaning*), uma dúzia de textos clássicos sobre o tema, bem como uma nova tradução integral do texto de Weber, que critica implicitamente a tradução de H. H. Gerth e C. Wright Mills, publicada de facto com alguns erros e distorções em 1946 pela Oxford University Press. Em compensação, Lassman e Velody confundem a data da conferência de Munique (1917) e a da publicação do texto weberiano que nos chegou às mãos (1919). Estas questões de tempo e de lugar não são inteiramente despidiendas.

Na realidade, antecipando o ensaio de Niklas Luhmann sobre a «autotematização da sociedade» promovida por uma ciência totalmente auto-referencial (Luhmann 1992, 325-362), Weber escreve então: «O progresso científico é um fragmento, e o mais importante deles, desse progresso da intelectualização ao qual estamos sujeitos há milénios» e que arrasta consigo aquilo a que ele chama «o desencanto do mundo» (83-85), no mesmo sentido em que Luhmann fala do «risco» que a ciência constitui para a reprodução social. Com efeito, este último vê no *ethos* científico de orientação à verdade verificável, simultaneamente, um dos principais motores da mudança, enquanto produtor de aceleração e futuração sociais, mas também um dos maiores riscos para a evolução da sociedade.

Com efeito, Luhmann foi dos primeiros a formular o conceito de *ciência como risco*:

É crucial notar que alguns riscos que acompanham a produção científica da verdade não são necessariamente sustentáveis [*cannot be borne*]. As oportunidades exploradas pela ciência podem muito bem revelar-se perigos [*hazards*] sem qualquer utilidade, acrescentando em nota: Depois da renúncia da religião e da moral a supervisionar a produção científica de verdades e inverdades, e esta renúncia é uma pré-condição de produtividade para o sistema científico, não existe agência capaz de articular as fronteiras ou limites da investigação (1992, 359 e 412 nota 64).

Perante esta racionalização gerada «pela ciência e pela técnica guiada pela ciência» (Weber 2003, 84), racionalização essa que, por seu turno, privaria de sentido a própria morte e ante a qual é habitual, então como hoje, adoptar uma posição de ressentimento e sistemática suspeita (Cabral 2005); perante tais «riscos», dizíamos, Weber pergunta então: «Terá o ‘progresso’ enquanto tal, para lá da técnica, um sentido reconhecível, capaz de conferir sentido, por seu turno, à vocação para o servir? A questão pode colocar-se, mas já não é a questão da vocação *para* a ciência» (85: sublinhado meu). Foi substituída por outra mais subtil: «É o problema da ‘vocação’ *da* própria ciência no âmbito da vida da humanidade» (101: sublinhado meu). O advento gradual da ciência como profissão é, assim, parafraseando Weber, um fragmento particularmente importante do processo geral de racionalização, que subsume mas não suprime a vocação, isto é, o apelo de duplo sentido, o mútuo dom, entre a ciência e os candidatos à investigação científica.

A associação da profissão de cientista à heresia católica e à reforma protestante, na Europa dos séculos XVI e XVII (Merton 1973 [1938]), testemunha aliás o carácter religioso originário, por assim dizer, da vocação para a ciência, como o próprio Weber evoca também (Weber 2003 [1919], 88). Não é só com o «espírito do capitalismo» que a «ética protestante» tem uma mútua relação de causa e efeito; é também com o «espírito científico», conforme Merton bem viu, ao apontar para «a convergência entre os dois

movimentos» (1973, 229), teologia e ciência, através nomeadamente da orientação à «Glória do Grande Autor da Natureza» (231-234).

Acresce que «a vida clerical fornecia um rendimento confortável e amplo lazer para a prossecução da ciência» (249), antecipando de algum modo o ensino como «emprego refúgio» a que nos referíamos há pouco. Contudo, segundo Merton, a causa eficiente da relação entre ciência e protestantismo residiu no «interesse constante pela busca da ordem da natureza de forma empírica e racional, ou seja, um *interesse activo* neste mundo e nas suas ocorrências» (251). Se as ciências sociais são diferentes das naturais, acrescento eu, é talvez porque os seus interesses mundanos são ainda maiores e não menores.

Com o tempo, conclui Merton, «este tipo de interacção cumulativa entre ciência e sociedade [estava] destinado a moldar um clima de opinião em que a ciência gozava de consideração pública, mesmo depois de a sua justificação religiosa ter sido esquecida» (247). Com efeito, como Max Weber escrevia já em 1917, «a ciência é hoje uma ‘profissão’ praticada por especialistas ao serviço do conhecimento de si e do conhecimento das condições objectivas; não é um dom da graça que os videntes e os profetas possuiriam» (Weber, 2003 [1919], 104). Porém, de tudo o que ficou para trás, sabemos também que tal «profissão» não pode ser exercida sem «vocação», já que, «para o homem, enquanto homem, só tem valor aquilo que ele faz com paixão» (77).

Assim, a gratificação intrínseca conferida pelo exercício profissional supõe e legitima, simultaneamente, a autonomia da escolha pessoal, em suma, do apelo originário da vocação. Na realidade, o termo *Beruf*, usado por Weber em ambas as suas conferências, possui a qualidade de designar, segundo o contexto, ora vocação, ora profissão, fazendo assim ressaltar a identidade e a diferença, impossíveis de separar sem perda de sentido para uma delas ou para ambas, entre essas duas propriedades de uma actividade intelectual como a Ciência, mas não só; também a Política, acerca da qual Weber fala, por contraste, desses *Berufspolitiker ohne Beruf*, ou seja, esses «políticos profissionais sem vocação» (trad. Colliot-Thélène 2003, 22-24).

No decurso de um recente projecto sobre o exercício da profissão de arquitecto/a em Portugal, pudemos dar-nos conta da permanente tensão existente, em maior ou menor grau, em todas as actividades intelectuais, entre uma vocação de partida e uma profissionalização considerada hoje desejável, para não dizer natural, mas que deixa de fora muitos que se sentiram «chamados» pela vocação, mas que não foram «eleitos» para a profissão (Cabral & Borges 2006). Como foi tipicamente observado para os arquitectos, a meio caminho ou no cruzamento entre arte e técnica, ocorre ao espírito a frase bíblica, que remete de novo para o fundamento religioso do termo weberiano de *Beruf*: «Muitos são os chamados; poucos os eleitos» como escreve Judith Blau a propósito dos arquitectos norte-americanos (Blau 1987, 49)!

*

Antes de prosseguir, permita-se-me uma brevíssima nota biográfica para ilustrar esta tensão entre vocação e profissão. Ao contrário do que acontece hoje com naturalidade, no tempo em que eu próprio «senti a vocação» para a investigação, tipicamente com o lançamento dos *Cadernos de Circunstância*, a profissionalização era, para mim pelo menos, uma miragem.⁴ Mesmo depois do 25 de Abril e quando eu já estava adiantado numa tese de doutoramento que me propusera fazer apenas a fim de pôr um pouco de ordem nas ideias e nos métodos de trabalho, foi com surpresa mas enorme exaltação e prazer que tomei consciência, ao ser-me aberta a porta da «universidade em revolução», de que investigar – e leccionar ou, melhor, comunicar! – eram, afinal, aquilo que eu sempre desejara fazer sem ter tido oportunidade e, por isso, talvez até sem o saber...

Dá-se o caso de a maioria dos clássicos das ciências sociais e humanas portuguesas – Alexandre Herculano,⁵ Oliveira Martins,⁶ Alberto Sampaio,⁷ Gama Barros,⁸ Basílio Teles,⁹ Lúcio de Azevedo,¹⁰ António Sér-

⁴ Os *Cadernos de Circunstância*, dos quais existe uma antologia publicada depois do 25 de Abril (Porto: Afrontamento, 1975), foram editados artesanalmente de 1967 a 1971 por um grupo de jovens exilados políticos em Paris, dos quais vários entraram mais tarde para a carreira universitária: Fernando Medeiros, João Freire, José Maria Carvalho Ferreira, José Rodrigues dos Santos...

⁵ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877) não concluiu os estudos superiores por causa do seu envolvimento nas lutas liberais em 1828, nem exerceu quaisquer funções de ensino; os seus «empregos refúgio» foram bibliotecário e publicista, até se dedicar posteriormente à agricultura, desta vez no seu famoso refúgio de Vale de Lobos. É no entanto o autor da primeira *História de Portugal* (1846-1850) de carácter científico, para além de numerosas obras de erudição mas também de combate político, tanto pelo presente como pelo passado, nomeadamente *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-59) e os *Opúsculos* reunidos a partir de 1873.

⁶ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) nunca frequentou a universidade nem exerceu o ensino ou quaisquer outras funções equiparáveis; foi trabalhar aos 15 anos quando o pai morreu, desenvolveu todo o tipo de actividades profissionais e envolveu-se posteriormente na carreira política, tendo chegado a ser ministro da Fazenda durante a crise de 1891-1892. É o autor de uma vastíssima obra de pesquisa histórica, social e económica, bem como de combate político, nomeadamente uma nova interpretação da *História de Portugal* (1879) e o célebre *Portugal Contemporâneo* (1881), que exerceram profunda influência sobre gerações sucessivas das elites intelectuais portuguesas.

⁷ Alberto Sampaio (1841-1908) era formado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde foi companheiro de Antero de Quental, mas nunca exerceu funções académicas. Vivia da administração das propriedades da família no Minho. Além de algumas intervenções políticas e económicas, é o autor das eruditas *Vilas* (1899) e *Póvoas Marítimas do Norte de Portugal* (1908).

⁸ Henrique da Gama Barros (1833-1925) tinha formação académica e profissionalmente dedicou-se ao Direito e à Política. É o autor da monumental *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (1885-1922), resultado das suas pesquisas particulares.

⁹ Basílio Telles (1856-1923) era autodidacta e nunca exerceu propriamente uma profissão, tendo sobrevivido como «eremita» em Matosinhos e vivendo de publicações irregulares nos jornais e editoras do Porto. É autor de obras de análise e combate político muito importantes do período da campanha republicana, como *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* (1905) e *A Ditadura* (1907), mas também de estudos teóricos e empíricos originais sobre a formação histórica, social e económica de Portugal, nomeadamente o livro pioneiro da sociologia e da economia rurais portuguesas que é *A Carestia da Vida nos Campos* (1902); sobre Teles ver os meus artigos (Cabral, 1987).

¹⁰ João Lúcio de Azevedo (1855-1933) fez poucos estudos, emigrou aos 18 anos para o Brasil onde se estabeleceu como comerciante. Feita fortuna, regressou à Europa no início do século

gio¹¹ e numerosos outros (uma das raras excepções, Jaime Cortesão,¹² era formado em Medicina e só se profissionalizou como investigador no Brasil) – terem ficado todos eles, de um modo ou de outro, fora da universidade, o que não abona em favor desta mas demonstra, por outro lado, que se pode ser visitado pela «vocaçao científica» sem nunca chegar a transformá-la em actividade profissional material e institucionalmente reconhecida.¹³

Daqui aliás, para eles como para mim próprio e para tantos colegas da minha geração nos idos de 60, a tentação de projectar a vocação para as ciências sociais, *et pour cause*, na actividade política, tentação esta que Weber já havia detectado e, simultaneamente, condenado como um equívoco de consequências muitas vezes funestas (2003 [1919]: 93-95). Dito isto, João Bonifácio Serra analisou com perspicácia, num estudo de 1991, as relações entre o tipo de nova historiografia feito pela maioria dos meus companheiros de geração e as lutas políticas que se desenvolviam, imediatamente antes do 25 de Abril, no seio da opposição à Ditadura (Serra 1991). Em compensação, as ciências sociais académicas careceram, ao longo da maior parte do século XX, de inspiração e originalidade; sem excepções, prevaleceu entre elas, praticamente até à véspera da democratização do sistema político, a glosa especulativa e o dogmatismo normativo (Cruz 1983).

Quanto aos «clássicos», se é certo que o «amadorismo» não impediu Alberto Sampaio e Gama Barros, por exemplo, de se dedicarem exclusivamente a investigações de índole «objectivista» convergentes com o positivismo universitário,

XX para se dedicar à investigação e é autor de várias obras historiográficas importantes sobre o Brasil, os cristãos-novos e o sebastianismo; ao nosso argumento interessam sobretudo as célebres *Épocas de Portugal Económico*, publicadas em plena crise de 1929 e onde cunhou a tese dos ciclos económicos que marcariam a formação da sociedade portuguesa.

¹¹ António Sérgio de Sousa (1883-1969) era oficial da Marinha, tendo apresentado a demissão quando foi proclamada a República, para se exilar no Brasil, onde publicou o 1.º volume dos seus *Ensaio*s (1920-1958), nos quais pesquisa e discute muitas das principais questões da história política, económica e cultural portuguesa, nomeadamente em ensaios como *A conquista de Ceuta* (1919) e *Repercussões e uma Hipótese: Ceuta, as Navegações e a Génese de Portugal* (1925), assim como, noutra plano, *As Duas Políticas Nacionais* (1925) e *Ainda a Política do Transporte e a Política da Fixação* (1929). É também o autor de uma *Breve Interpretação da História de Portugal* (1.ª edição espanhola, 1929) assim como de uma *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal* (1941). Desde o início, Sérgio adopta uma posição teórica de índole neokantiana que o aproxima muito de Max Weber na abordagem dos factores culturais, morais e espirituais como forças tão eficientes na história quanto os denominados factores materiais.

¹² Jaime Cortesão (1884-1960) era formado em Medicina e escritor, tendo sido director da Biblioteca Nacional (1919-1926) e companheiro de António Sérgio e Raul Proença na revista *Seara Nova* (1921-1927); ver o meu artigo sobre este movimento (Cabral, 1988). Antes de se exilar no Brasil, onde viria a fazer uma importante carreira na Universidade de São Paulo, já desenvolvera estudos históricos importantes pelas suas implicações políticas, como *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (1930), publicados no âmbito da obra colectiva dirigida por Luís de Montalvor sobre *A História do Regime Republicano em Portugal*.

¹³ Vale a pena notar que o nosso maior historiador vivo, José Mattoso, ainda iniciou a sua carreira de investigador ao abrigo da vida religiosa, tal como Merton indicava para os primórdios da ciência moderna, antes de ingressar posteriormente na carreira académica.

inclusive o de mais elevada qualidade, como o de Costa Lobo,¹⁴ já em Herculano, Oliveira Martins, Teles e Sérgio, tal como no primeiro Cortesão, a dimensão política das suas investigações é não só transparente como militante: tratava-se, efectivamente, de mobilizar elementos históricos, sociológicos e antropológicos para os seus argumentos políticos, como acontecera aliás com «amadores» do mais alto nível, tal como Tocqueville e, frequentemente, em benefício de análogas causas próprias do elitismo liberal dos séculos XIX e XX.

Dois ou três exemplos ilustrarão a intencionalidade política, por assim dizer, de investigações genuínas. Herculano, que ocupa na história do pensamento português uma posição equivalente à de Tocqueville, posição herdada aliás por ambos do liberalismo conservador de Guizot, partilha com o seu contemporâneo francês a busca de elites locais susceptíveis de exercerem um efeito de contrapeso às elites centrais, as quais, além de serem tendencialmente despóticas e patrimonialistas, se encontrariam sob a pressão das classes subordinadas das grandes cidades. São estas concepções políticas que levam Tocqueville a preconizar a descentralização e Herculano a sublinhar a importância dos municípios da «monarquia agrária» da primeira dinastia portuguesa, dando azo à ideologia municipalista que tem acompanhado, simultaneamente, as ciências sociais e a política em Portugal.

Por outro lado, tem-se especulado até que não foi por acaso que Herculano interrompeu a sua *História de Portugal* no momento em que o Estado português iniciava a viragem para a expansão ultramarina, a qual se tornou desde então, na esteira de economistas do século XVII recuperados pelo mesmo motivo por António Sérgio,¹⁵ um tema controverso nas ciências sociais portuguesas devido aos seus hipotéticos impactos políticos de longo prazo. O mesmo Sérgio converge com os «integralistas lusitanos», em particular no seu volume de lançamento, *A Questão Ibérica* (1915), na tese dos efeitos negativos dos descobrimentos para o desenvolvimento económico e social da metrópole. Outros exemplos do mesmo género poderiam ser dados, como a tese de Jaime Cortesão, só na aparência inversa da anterior, acerca do povoamento costeiro e

¹⁴ António da Costa Lobo (1840-1913) estudou Direito e doutorou-se na Universidade de Coimbra, sendo professor do Curso Superior de Letras, além de Par do Reino e ministro dos Negócios Estrangeiros no governo Dias Ferreira em 1892. É o autor de obras como *A Sociedade Portuguesa do Século XV* (1903) e o notável estudo sobre a formação do Estado português, *O Rei* (1915-1916).

¹⁵ *A Antologia dos Economistas Portugueses do Século XVII* é lançada por Sérgio, em 1924, como apoio de índole histórico-reflexiva à iniciativa política de Ezequiel de Campos, então ministro do governo da «Esquerda Republicana» liderado por Domingues dos Santos, com vista a promover uma reforma agrária que mais uma vez ficaria por fazer. Retrospectivamente, faz sentido para mim que o meu primeiro livro, publicado logo a seguir ao 25 de Abril, tenha sido, precisamente, uma antologia de textos da literatura económica e sociológica portuguesa sobre a questão agrária, em suma, uma forma porventura ingénua de recuperar o passado para efeitos do presente político (Cabral 1974).

das actividades marítimas enquanto «factores democráticos» na formação da sociedade portuguesa, publicada no momento em que o liberalismo republicano soçobrava ante a ascensão do movimento autoritário que levou ao Estado Novo.

Ora bem, acontece que o próprio Instituto de Ciências Sociais é o herdeiro directo e ainda vivo de uma matriz político-religiosa evidente, a saber, o corporativismo católico, cuja evolução lenta e gradual foi objecto de um recente estudo (Ferreira 2006). Nesse estudo, o autor mostra como o nosso fundador, Adérito Sedas Nunes (1928-1992),¹⁶ evoluiu antes mesmo do 25 de Abril, embora incompletamente, da investigação doutrinal e militante própria da «vocaçã» para uma abordagem laica e «profissional» das ciências sociais, as quais irão, por seu turno, desdobrando-se em especializações:

Para esta transformação, concorre a afirmação de novas gerações no interior do Gabinete de Investigações Sociais [GIS – fundado em 1962 e reestruturado em 1969], interessadas na especialização em Sociologia e transportando expectativas diferenciadas daquelas que haviam marcado o grupo inicial previamente reunido no Gabinete de Estudos Corporativos [inaugurado em 1949; Sedas Nunes entra para o GEC em 1952]. A epistemologia e a metodologia das ciências sociais tornam-se o objecto central das investigações, correspondendo ao momento fundador de um novo campo científico no País, devidamente institucionalizado em Portugal (Ferreira 2006, 16).

Segundo Estêvão Ferreira, o caminho de Sedas Nunes e das ciências sociais no âmbito da lenta profissionalização destas últimas em Portugal inicia-se com a reacção do reformismo católico ao processo de secularização da sociedade portuguesa; passou por uma prática da «sociologia religiosa» como instrumento pastoral e, com a relativa abertura política do final dos anos 60, deslocou-se gradualmente da doutrinação corporativa para os «estudos sociais», através nomeadamente do estudo da mudança social, do desenvolvimento económico e do sistema educativo; finalmente, destes partiu para a sociologia propriamente dita. É o momento das distinções epistemológicas entre «problema sociológico» e «problema social», entre «sociologia» e «serviço social», enfim, entre «problemas de conhecimento» e «problemas de acção», com o primado crescente e definitivo dos primeiros sobre os segundos, bem como o momento da crítica das ideologias e da afirmação insistente da «neutralidade axiológica» weberiana, contrariando as motivações políticas iniciais do projecto. Em suma, aquilo a que o autor chama «um processo de laicização da produção científica» (Ferreira 2006, 230-231), enquanto condição

¹⁶ Acerca do percurso de A. Sedas Nunes até à institucionalização do ICS em 1982, v. Ferreira (2006, 27-35); v. também do próprio (1988, 11-55).

de possibilidade para a passagem da «vocação» à «profissão» na investigação em ciências sociais.

Em compensação, é difícil afirmar se «é pela via científica que se processa a ruptura de Sedas Nunes com o corporativismo e a superação da intencionalidade de tipo doutrinário sobre as elites» (230) ou se é a própria crise ideológica, seja a do corporativismo católico ou, por exemplo, a do marxismo revolucionário, como no caso da minha geração, que liberta, por assim dizer, as energias dos diferentes intervenientes envolvidos para a investigação de índole científica em busca de profissionalização. Talvez a variável mais determinante seja a emergência de um contexto institucional favorável a esta última, como aquele que começou, muito gradualmente, a perfilar-se em Portugal após o 25 de Abril, com a criação de cursos superiores no campo das modernas ciências sociais. Novos passos teriam de ser dados, como veio a acontecer com o tempo, no sentido do alargamento das pós-graduações, do financiamento à investigação e da correlativa consolidação das instituições de pesquisa.

*

Contudo, a história repete-se. Com efeito, no tempo de Weber como no nosso, é geralmente a carreira docente que serve, por assim dizer, de refúgio à vocação para a investigação científica, conforme explicam os sociólogos das profissões e quase todos nós verificámos. Ora, sabemos como a duplicidade desta condição de docente-investigador continua a colocar problemas que o nosso sistema universitário não resolveu satisfatoriamente, como acontece de resto noutros países. No entanto, sendo alegadamente pequeno o «mercado» para a investigação científica, sobretudo para a investigação pura ou fundamental, se é possível distingui-la da investigação dita aplicada, é de presumir que continuarão a ser fortes as pressões no sentido da conciliação do tempo entre ensino e investigação, salvo em países onde a investigação privada tenha dimensão económica para empregar contingentes significativos de investigadores.

Seja como for, o exercício da ciência como profissão não nos desembaraça de todos os problemas; apenas os substitui. Nas ciências sociais, mas também nas da natureza e da vida, os problemas da vocação eram de natureza eminentemente teórica, quando não ideológica; na transição, por assim dizer, entre a vocação e a profissão, eram, como vimos, sobretudo nas ciências sociais, de ordem epistemológica e metodológica; com a profissionalização crescente, passam a ser de ordem organizacional e profissional, para não dizer por vezes sindical. No plano das instituições, os problemas são de gestão, incluindo o sentido das responsabilidades colectivas e dos deveres individuais; enfim, no plano dos investigadores singulares, os problemas são os da reivindicação dos seus direitos como «trabalhadores científicos», como há efectivamente quem lhes chame. Esta questão tem vindo a ser colocada de

forma crescente pelos actuais «bolseiros», outrora chamados «tarefeiros» numa fase de menor diferenciação do sistema científico.

Para a universidade no seu conjunto, já que a grande maioria dos seus membros são supostamente docentes-investigadores, ou melhor, já que a grande maioria dos cientistas são também professores, a melhoria simultânea do ensino e da investigação praticados nas universidades portuguesas parece passar, antes de mais, por uma revisão do estatuto material e simbólico da chamada carreira docente, abrindo nela um espaço efectivo – avaliado e remunerado – para a investigação científica. Passa também pela regulação dos regimes de precariedade que estão a afectar cada vez mais os jovens doutorados. E passa, obviamente, pelo aumento e, mais ainda, a continuidade e sustentabilidade do financiamento público a ambas as actividades, pesquisa e docência, sem prejuízo da responsabilidade institucional de bem gerir esses financiamentos e de angariar mais recursos por sua conta.

Seguramente que o estatuto de investigadores de carreira em regime de dedicação exclusiva do qual o ICS beneficiou nos últimos 25 anos ajuda a explicar alguns dos nossos êxitos institucionais e individuais, mas não há panaceias, pois a verdade é que a existência de uma carreira de investigação semelhante nos antigos Laboratórios de Estado deixou de produzir os efeitos esperados quando, para retomar as palavras de Max Weber em 1917, «as leis da acção conjugada das instituições» (Weber 2003 [1919]: 72) por algum motivo se foram alterando ao longo dos seus percursos. Inversamente, a «funcionarização» da investigação científica, que se diz estar também em crise em França (sistema CNRS, no qual se inspirava vagamente o antigo INIC), parece ter terminado no contexto das actuais reformas da Administração Pública e das Universidades.

Com estatuto diverso do ICS, só nas ciências sociais existem, em Portugal, seguramente mais dois ou três grandes centros de investigação, cujos membros não deixam de buscar a «excelência» por não pertencerem a uma carreira de investigação em dedicação exclusiva; há dois ou três, dizia eu, mas devido à escala da comunidade científica e do próprio País, não é provável que possa haver, no futuro próximo, muitos mais. Sendo certo, portanto, que fazer da investigação uma carreira profissional não é panaceia, também é verdade que não é impossível conceber novas fórmulas de financiamento público das universidades que contemplem de forma efectiva – quantificada e naturalmente avaliada – a investigação científica feita pelos docentes universitários nas horas roubadas, por assim dizer, ao ensino para o qual a universidade continua a ser predominantemente paga.

Max Weber explicou aos estudantes que o escutavam em 1917 de que forma o desenvolvimento científico, definido justamente pela sua crescente especialização, transformou a «vocação» em «profissão», sem que jamais a primeira deva desaparecer, se não de forma sublimada, através da própria competição entre cientistas pelo reconhecimento. É neste preciso sentido que ter

um artigo aceite para publicação numa revista conceituada não é meramente «ter um artigo aceite numa revista conceituada», como por vezes se dá a entender depreciativamente... É ver reconhecido o talento, a inspiração, a qualidade do trabalho, em suma, a «vocação» realizada, actualizada e manifestada no seio de uma profissão cada vez mais organizada, não só por causa do volume de recursos que gere, como por necessidade das suas próprias complexidade e diferenciação. Em compensação, nas ciências sociais, porque existem realidades nacionais e regionais com história e fisionomia próprias, subjacentes às instituições e às próprias condições de trabalho dos investigadores, como acabámos de ver, estes últimos têm um dever suplementar de contribuir, isto é, acrescentar valor científico, no seu idioma próprio, àquilo a que poderemos chamar o «debate vernacular», em suma, à tradição nacional de pensamento social.

«Acresce» – escrevia Weber na conferência que nos tem servido de guia – «que o tipo de relação que o trabalho científico mantém com as suas condições próprias é muito diferente segundo a estrutura de cada ciência» (90). A este propósito, Fernando Gil argumentava de um modo que devia ser óbvio para os cientistas sociais, mas estes parecem nem sempre tirar disso a conclusão adequada: «Não há uma mas inúmeras comunidades científicas» (Gil 1999, 10), cujas linguagens são tanto mais incomensuráveis quanto especializadas. Se há, pois, diferenças teóricas e metodológicas que determinam tipos diferentes de organização do trabalho de investigação, não deixa de ser exacto que o *ethos* científico – ou seja, não só a orientação aos valores do «puro interesse», mas também o facto de qualquer pesquisa científica se pautar por aquilo a que Weber chamava «a validade das regras da lógica e do método» – se impõe e sobrepõe, por assim dizer, a todas e cada uma das disciplinas.

Em sociologia mas também em ciência política, porventura mais do que noutras ciências sociais, a pesquisa isolada, «inspirada», vem cedendo claramente o passo a uma organização do trabalho complexa, mobilizando equipas oriundas de diferentes áreas de conhecimento, a fim de responder não só às suas motivações científicas internas, como também às legítimas demandas externas que a sociedade, que afinal nos paga a todos para fazermos o que gostamos de fazer, formula por seu turno: não apenas pareceres, relatórios e perícias, mas também comunicação pública e mesmo opinião informada. No fundo, trata-se de responsabilidades correspondentes à utilidade social reconhecida através dos investimentos públicos e privados feitos nas ciências sociais.

Neste sentido, que legitima socialmente a profissionalização, a sociologia não é diferente das ciências da natureza e da vida, e as nossas frequentes experiências frustradas de perícia não são muito diversas, por exemplo, da experiência das comissões técnicas designadas para tentar dirimir, entre nós, conflitos como, por exemplo, o da co-incineração, mas não só (Jerónimo 2007). De modo simétrico, é reconfortante reler, a propósito da «vocação

interior para a ciência» e da necessidade de o investigador «*ter uma ideia* sem a qual nada de válido se consegue produzir», uma passagem em que Weber exemplifica deste modo a imbricação entre trabalho e inspiração: «Nenhum sociólogo se deve sentir desonrado, mesmo nos seus velhos dias, de andar a pensar, durante meses, em dezenas de milhares de exemplos numéricos absolutamente triviais», na esperança de lhes «arrancar alguma coisa... às vezes ínfima» (Weber 2003 [1919]: 74-78)!

O que distingue, todavia, a arte da ciência é o «progresso», dizia Weber (81ff). Se nas «ciências duras» o «progresso» parece ser algo de relativamente consensual, já nas ciências sociais persiste não só a tendência para a revisitação dos clássicos, como acabo de fazer neste texto, mas também tendências simultâneas para confundir o «progresso», que nas «ciências duras» é eminentemente local, com a «moda» e com o «revisão» sistemático de uma geração em relação à anterior. É uma questão epistemológica que não será discutida e muito menos dirimida neste lugar e momento, mas estou convicto de que, se os cientistas sociais querem sobreviver como profissão, e não apenas como «discurso», fariam bem, na minha opinião, em interiorizar aquela noção de «progresso». Porém, esta convergência deverá, ao mesmo tempo, contrariar as fortes tendências do *mainstream* para reduzir, quando não eliminar, a «biodiversidade» de que se alimenta a vocação para a investigação científica, seja em que ciência ou prática intelectual organizada for.

Neste sentido, a filosofia da ciência e a sociologia da investigação científica, fundidas numa só teoria por Max Weber nessa conferência seminal de 1917, contribui para afastar, simultaneamente, dois dos fantasmas que não cessam de pairar sobre os candidatos à profissão de investigador: por um lado, o fantasma da *turris eburnea*, essa «torre de marfim» pretensamente habitada por inspirados que, a ter existido no passado, desapareceu no momento em que a «vocação individual para a ciência» cedeu o passo à «vocação colectiva da ciência»; por outro lado, o fantasma frequentemente agitado do investigador robotizado numa qualquer cadeia de montagem tecnocientífica. Por «vocação», este *robot* está virtualmente excluído do horizonte da vida científica; pela «profissão», é o iluminado que estará sempre a ser compelido para a margem dessa mesma vida científica. Para o bem e para o mal, para o progresso das coisas como para o desencanto das almas, os fantasmas têm cada vez menos lugar na investigação científica, creio eu.

Em compensação, a mudança não pára e, se ainda tem toda a validade o preceito do «publish or perish», segundo o qual ou se publica – de preferência numa revista internacional com *peer-review*! – ou se morre, também para as ciências sociais chegou a hora de se mostrarem úteis, em suma, chegou o momento de enfrentarem o dilema, mesmo que este seja em grande parte artificial, entre investigação fundamental e investigação aplicada, já enfrentado há muito pelos nossos colegas das «ciências duras». Paradoxalmente, as Artes e

as Humanidades já foram, porventura, mais integradas no ciclo económico das «indústrias criativas» do que as ciências sociais, as quais, em contrapartida, garantiram entretanto a capacidade de formar técnicos para inúmeras profissões.

Seja como for, dizia há tempos o sociólogo da saúde Marc Renaud, antigo presidente da entidade financiadora da ciência no Canadá, que os cientistas sociais, além de se arriscarem a «morrer se não publicarem», estão hoje em dia submetidos à lei do «public or perish», isto é, deverão orientar cada vez mais as suas pesquisas em direcção às políticas públicas, com ou contra elas, mas dentro delas e das suas demandas e dinâmicas próprias: saúde, educação, família, juventude, cultura, justiça e segurança, emigração e imigração, habitação, urbanismo e ambiente, e até sobre a política enquanto actividade de alegado interesse público; ou se dispõem a isso, como de resto já vêm fazendo cada vez mais, ou arriscam-se a ver reduzido o seu financiamento a prazo relativamente curto. Esta abertura da investigação à procura social não deve hesitar em responder à própria encomenda privada, por maioria de razão pública, conquanto se reservem não só os *over-heads* com que no ICS apoiamos os projectos espontâneos sem financiamento e múltiplas outras actividades científicas, como sobretudo a autoria e a publicidade para esses estudos.

Devo confessar que esta nova regra só em parte me repugna. Com efeito, tem algumas vantagens, pelo menos nas ciências sociais. A menor delas não é a da «profissionalização» – na ocorrência, o emprego científico para os jovens doutorados, o aumento da «massa crítica» e alguma formalização nas regras de apresentação e avaliação dos projectos –, mas a maior é, sem dúvida, a de dotar as ciências sociais daquilo a que Fernando Gil chamava, precisamente para as distinguir das «outras ciências», «objectos resistentes» à imaginação e à criatividade retóricas que se encontram na matriz histórica das ciências sociais e humanas. Hoje poderíamos até retomar de modo diverso, sob a forma de serviços prestados à comunidade que em derradeira instância financia a investigação em ciências sociais, as distinções epistemológicas da pré-história do ICS entre «problema sociológico» e «problema social», entre «problemas de conhecimento» e «problemas de acção».

As desvantagens desta evolução são também conhecidas. A mais óbvia é o risco de entrar pelo caminho da *money-driven research*, tão temido por John Zyman (1998), ou seja, gastar tempo de mais com objectos sem grande potencial teórico ou heurístico, mas onde há dinheiro para fazer trabalhar as equipas de investigação. Imagino que este problema é bem conhecido dos nossos colegas das ciências mais profissionalizadas. A menos óbvia das desvantagens é porventura mais frequente nas ciências sociais e diz respeito, sobretudo, à relevância social dos objectos a estudar. Ainda recordo uma breve troca de impressões que tive com a então comissária europeia para a Ciência, Edith Cresson, acerca de quem teria a última palavra sobre a relevância das linhas de investigação científica – os políticos ou os cientistas? E a pior perversidade, de

que muitos praticantes das ciências da natureza e da vida são frequentemente acusados, seria obviamente a de nos colocarmos ao serviço dos promotores das políticas públicas, legitimando as suas decisões (Cabral 1998).

Seja como for, já se sabe quem tem mais hipóteses de ganhar o despique em torno da relevância dos objectos de estudo. De resto, o «modelo» da investigação associada às políticas públicas, se assim se pode dizer, vem já da União Europeia, cujos concursos para as ciências sociais são pré-formatados pelos funcionários da Comissão, não obstante a margem de interpretação dos júris, a fim de acolher determinados temas em detrimento de outros, o que não deixa de ser legítimo mas levanta todos os problemas a que acabo de me referir. Aliás, não é apenas na União Europeia que o «modelo» vigora. Também no Brasil, por exemplo, há grandes linhas de financiamento geridas pelo Centro Nacional da Pesquisa Científica-CNPq diferenciadas entre «propostas espontâneas» dos investigadores e «propostas orientadas» ou «induzidas» de natureza temática e não disciplinar, favorecendo por consequência a pesquisa interdisciplinar.

O único risco da «pesquisa orientada» é, na realidade, o de ela ser... mal orientada pelos responsáveis das entidades financiadoras. Ora, esta modulação do sistema de financiamento a projectos é algo virtualmente desconhecido em Portugal, onde a «pesquisa induzida» permanece residual, com base no princípio, originalmente legítimo, da criação acelerada de «massa crítica» com vista à formação de uma espécie de «base social de apoio» à ciência e à cultura científica em Portugal (Gago 1990). Não existe, apesar de já haver sido discutida pela comunidade científica portuguesa no encontro de Aveiro em 2005, como na UE e no Brasil, um modelo de financiamento à constituição de redes – eventualmente ligadas a instituições internacionais, concretamente brasileiras e africanas de expressão portuguesa – para a investigação espontânea ou induzida, tematicamente abertas à interdisciplinaridade.

Para continuar com a política científica portuguesa, que se torna assim objecto dos interesses profissionais dos investigadores, haveria ainda vantagem em diferenciar a principal agência de financiamento público à investigação científica, a FC&T, ante uma crescente complexidade do sistema, ditada, como era previsível, pelo próprio êxito das políticas de crescimento, muito significativo mas pouco diferenciado, do número de investigadores, das bolsas e dos projectos de investigação, bem como dos seus processos de avaliação.¹⁷ Por exemplo, mais uma vez no Brasil, cuja escala que não é obviamente a nossa, por causa da influência norte-americana e do forte intervencionismo estatal na ciência durante a ditadura militar por motivos de «grandeza nacional», a verdade é que a gestão do seu sistema científico é bem mais sofisticada do que a nossa, diferenciando, nomeadamente, entre investigação e docência, mas também entre os cientistas, avaliados individualmente para o efeito.

¹⁷ Sobre o crescimento e a diferenciação do sistema científico nacional nas duas últimas décadas, v. capítulo 21.

Dito isto, é sensível e apreciável a crescente diferenciação e qualificação das políticas científicas que têm vindo a ser introduzidas na última década e meia. Depois das bolsas de doutoramento, que multiplicaram o número de doutorados até ao limite do desemprego científico, as bolsas de pós-doutoramento finalmente generalizadas no final do século passado, embora institucionalizando o «precariado científico», estão a contribuir de forma decisiva para aumentar o número de «investigadores a tempo completo», contornando de algum modo o dilema ciência-docência, como estão sobretudo a contribuir para consolidar as equipas de investigação dos melhores centros, aprofundando simultaneamente a sua especialização.

Antes disso, por volta de 1994-1995, a implementação do sistema de avaliação regular dos centros de investigação veio permitir a criação de um financiamento plurianual modulado segundo a classificação do centro. O ICS beneficiou tanto mais deste novo sistema quanto possuía uma antiga tradição de avaliação individual, algo empírica mas sistemática, promovida pelo nosso fundador, o Professor Sedas Nunes, bem antes de o Instituto entrar para a Universidade de Lisboa, fez agora 25 anos. Combinando qualidade e dimensão, o «financiamento plurianual», associado ao «financiamento programático» reservado aos centros classificados como «excelentes» ou «muito bons», gerou um processo de diferenciação controlada, diga-se, mas que não podia deixar de beneficiar os centros que fizeram por merecer melhores classificações.

Finalmente, já entrados no século XXI, foram criados os chamados Laboratórios Associados, entre os quais o ICS (em 2002). Mercê da contratação de um conjunto genérico de «linhas de investigação» e de algumas missões específicas, que não chegam contudo a configurar uma «pesquisa orientada», os Laboratórios Associados viram o seu financiamento programático substancialmente aumentado, permitindo nomeadamente o recrutamento de jovens doutores com contratos mais vantajosos do que os «pós-docs», mas sem garantia de sustentabilidade financeira de longo prazo. Seria falso, contudo, negar que esta diferenciação, basicamente financeira à partida, tem produzido à chegada resultados qualitativos igualmente substanciais.

Em contrapartida, nada disto nem de parecido aconteceu nas universidades, onde os processos de avaliação tiveram poucas conseqüências, até porque, ao contrário do que aconteceu na Ciência, não havia prémios para os «melhores»; apenas ameaças para os designados «piores». Necessariamente, a investigação ficou de fora dessas avaliações, já que a universidade parece ser financiada apenas para ensinar. Entretanto, cavava-se o fosso entre a investigação organizada nos centros reconhecidos pela FC&T – na realidade, a única que assim pode ser chamada, penso eu – e o ensino, para não dizer a totalidade das universidades enquanto organizações. Assim, o conflito originário entre «vocação» e «profissão» vê-se ciclicamente repostado, alimentando talvez desnecessariamente esta tensão com que a maioria dos cientistas tem de viver.